

RESUMO - DIREITO PÚBLICO

ENTRE A MÃE E A PROFISSÃO: ANÁLISE DAS CONDIÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO BRASIL

Tailana Santana Alves Leite De Sousa (tailanasantana43@gmail.com)

Aguida Maria Dantas Gomes (aguidadantas@hotmail.com)

Maria Gabriella Saturnino Carvalho (gabriellasaturninocarvalho@gmail.com)

Ana Carolina Da Silva Chaves (carol10sch@gmail.com)

Tuanny Soeiro Sousa (tuannysousa@professor.uema.br)

O presente estudo busca analisar e refletir como as universidades públicas aplicam e desenvolvem estratégias, recursos e efetivam ações que promovam a permanência de mães de crianças bem pequenas e pequenas durante a graduação. O estudo apresenta a seguinte pergunta de pesquisa: Como as universidades públicas atuam para garantir a permanência e diminuir a evasão de mães acadêmicas na graduação, sob o prisma dos preceitos constitucionais do Direito à Educação? O objetivo geral do estudo é analisar quais as políticas públicas existentes, sua implementação e efetivação estão sendo aplicadas às mães de crianças bem pequenas e pequenas durante a graduação à luz da constituição cidadã e consolidação do direito à Educação. A justificativa decorre

de evidências de que a experiência da maternidade influencia de maneira significativa na vida pessoal e no percurso profissional das mulheres, inclusive daquelas inseridas no meio acadêmico e científico. Estudos evidenciam que, em grande parte das famílias, a responsabilidade pelo cuidado e pela educação dos filhos recai predominantemente sobre as mulheres (mães), o que gera impactos mais intensos nos primeiros anos de vida da criança — fase em que as demandas são maiores e mais constantes. A metodologia dá-se por meio de uma revisão de literatura, com abordagem documental, qualitativa e exploratória dos dispositivos legais, decretos, normas e políticas públicas que versam sobre a temática.

Palavras-chave: maternidade; desigualdades; ensino superior; permanência; políticas públicas.